

ARQUIVOS, MEMÓRIA-HISTÓRIA

José Sebastião Witter

*"Deveríamos ver-nos sempre; como quem vai morrer amanhã.
É o tempo que acreditamos ter pela frente que nos mata."
(Elza Fuólet - Luna Park)**

Em 1987, Cenise Monte Vicente obteve o título de Mestre em Psicologia na USP, com uma dissertação que toca diretamente o âmago da questão da Memória no Brasil. Começo este artigo citando-a:

"Esse galpão estava tomado pela poeira, pois entre a parede de madeira e o telhado havia um espaço com uma tela de arame, por onde entrava poeira e chuva. A luz era escassa e a umidade comprometera uma boa parte do acervo. No fundo do galpão, numa edícula, moravam dois funcionários. Próximo a essa edícula, numa casinha com as portas trancadas, cujas chaves haviam desaparecido, descobrimos dois sanitários. A porta foi aberta. E sobre o vaso sanitário, deparamo-nos com uma caixa grande de madeira, com várias caixinhas metálicas contendo rolos de filmes de 35mm. O metal da embalagem estava muito enferrujado e corroído. Depois de documentar, em vídeo, o estado desse material, solicitou-se à RTC - Rádio e Televisão Cultura - que verificasse o conteúdo. E, em estúdio, onde havia condições adequadas, foi revelado. Eram filmes datados de 1927 e 1950 (o nitrato estava saindo da película e, pouco tempo mais que tivesse ficado ali, teria sido fatal): o Juqueri em seus primórdios, o doutor Franco da Rocha, aposentado, a laborterapia da época, a ausência de muros, os pacientes trabalhando nas plantações, a construção do Manicômio, o laboratório de Anatomopatologia, o bonde puxado a cavalo que levava os

* Citado por Jean-Louis Servan Schreiber. In: *A Arte do Tempo - ensaio de Ação*. Trad. de Tereza Monteiro Otardo. São Paulo, Cultura Editores Associados, 1991.

doutores da Estação Juqueri ao hospital etc. Era a história que estava no vaso sanitário. Disso, ocorreu-me que o lugar escolhido para depositar os documentos comunicava, em si, algo sobre como a instituição trata sua própria memória.” (1)

Em trecho seguinte de sua Monografia, salienta:

“Sobre o histórico dos locais dos serviços de Saúde Mental, na cidade de São Paulo, freqüentemente se encontra uma confirmação da colocação foucauldiana. Por exemplo: o ambulatório de Saúde Mental de Itaquera (zona leste da Capital) substituiu a delegacia de polícia; o hospital psiquiátrico de Água Funda ocupa um espaço que fora casa de mães solteiras (já houve época em que ser mãe solteira representava um motivo para exclusão social) etc. Diante destas observações, considero significativo que parte da memória do Juqueri tenha ido para o vaso sanitário e para o porão. Quanto ao vaso sanitário, este tem uma função socialmente reconhecida, de modo que, depositar lá parte da história institucional, faz crer que algo estava sendo comunicado pelo hospício por este ato. Ato em que a memória (parte dela) foi posta no local dos excrementos, de matéria abjeta, a ser confundida com algo desprezível, mero resíduo. Os documentos trancados na privada abandonada, fora do conhecimento público, mas também sem dono, não são de ninguém.”

Livro recente, de Luís Gonzaga Piratininga Júnior, que também foi Monografia de Mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi baseado no acervo documental preservado por um negro escravo - Nicolau Tolentino - que guardou documentação do maior valor histórico a respeito dos escravos de São Bento, que viveram nas Fazendas de São Bernardo e São Caetano e que foram administrados pelos monges beneditinos. (2)

O historiador Piratininga Júnior afirma:

“... Há outros aspectos igualmente relevantes, mas estes que mencionamos são os mais imediatos, talvez os mais prementes na herança histórica desses escravos beneditinos, transmitida a seus descendentes, quer negros, quer mulatos, ou até mesmo ‘embranquecidos’.

E prossegue:

“... O que desencadeou inicialmente esta pesquisa foi o estudo do arquivo de um desses escravos, posteriormente homem livre. Nem seria preciso dizer do lado extraordinário desse fato: um negro que formou um arquivo, guardando sua história e seu viver. Salvou sua escravidão do vazio documental e do perigoso esquecimento...” (3)

1 - VICENTE, Cenise Monte. *Reflexões sobre os procedimentos institucionais com a Memória Individual e com a Memória Institucional em duas Instituições Totais: Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo e Hospital do Juqueri*. Monografia de Mestrado em Psicologia, defendida na USP, S. Paulo, 1987.

2 PIRATININGA JÚNIOR, Luís Gonzaga. *Dietário dos Escravos de São Bento*. São Paulo, Hucitec/ São Caetano do Sul, Prefeitura de São Caetano do Sul, 1991.

3 Idem, *ibidem*.

Mais um trecho significativo:

"Nossos objetivos tomavam ainda como mola-mestra da pesquisa o seguinte ditado da cultura iorubá: 'tudo que tem solução, tem rosto!' Parece-nos que no caso desses escravos de São Bento, uma imagem, um rosto foi preservado por eles mesmos como solução de uma realidade humana". (4)

Justapponho, agora, ao relato dos pesquisadores do final do século XX, uma ordem do Imperador Justiniano:

"... Que sua Eminência ordene em todas e em cada uma das províncias que se reserve um prédio público no qual o magistério (defensor) guarde os documentos, escolhendo alguém que os mantenha sob custódia, de forma que não sejam adulterados e possam ser encontrados rapidamente por quem os solicite: que entre eles haja arquivos e seja corrigido tudo que foi negligenciado nas cidades..." (5)

Momentos, situações, épocas e agentes históricos diferentes... Um mesmo objeto. Tratamentos singulares... Um imperador que pensa na preservação documental e que ordena a criação de arquivos, descentralizando-os ao localizá-los em *"cada uma das províncias..."* e enfatiza a necessidade de que *"possam ser encontrados rapidamente por quem os solicite..."* tudo isto na Antiguidade. Um historiador que escreve, a partir de um arquivo preservado por um escravo... uma psicóloga que, ao estudar a questão da memória e do esquecimento do indivíduo doente, encontra uma doença maior na saúde da memória institucional.

Isto dá o que pensar.

Os indivíduos, letrados ou não, procuram manter as suas histórias, as suas tradições, a sua vida, através de relatos, de objetos, da tradição oral. Mais recentemente dos modernos suportes: fotos, filmes, vídeos etc. Quantos são os homens e mulheres que narram a sua vida aos seus descendentes e com suas histórias pode-se recuperar a História de uma pequena família ou de uma comunidade? A dificuldade, nesses casos, é a recuperação das próprias histórias singulares... Nem sempre haverá um Piratininga Júnior para trazer à luz um acervo que começou a ser guardado por um bisavô... E quantos não terão conseguido acervos semelhantes e não puderam divulgar o precioso achado? Nestes casos entram fatores significativos mas também imponderáveis...

O que está em jogo, neste momento, em especial no Brasil, é a preservação dos documentos que compõem os acervos das instituições.

Tantos foram os diagnósticos feitos, nestes últimos anos, em todo o país. Deles surgiram relatórios contundentes e trabalhos científicos. Relatórios ou artigos, comunicações ou teses polêmicas fizeram avançar a questão e foram editados decretos e leis, tanto de âmbito federal como nos diferentes estados da federação. (6) Entretanto, além da edição de instrumentos legais, é preciso

4 Idem, *ibidem*.

5 Cf. Schellenberg, T.R. *Arquivos Modernos - princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas, Serv. de Publicações, 1973, p. 1.

6 Decreto 22.789, de 19 de outubro de 1984 (criação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP); Lei Federal 8.159, de 08 de janeiro de 1991 (política nacional de arquivos públicos e privados).

implementá-los e para isto é imperiosa a determinação política.

São muitos os estados brasileiros que têm seus instrumentos legais destinados à preservação dos documentos produzidos nas diferentes instituições por eles mantidas. Haverá, no entanto, arquivos bem aparelhados e administrados por profissionais competentes? (7)

Arranjados, bem descritos, informatizados, os Arquivos poderão ser elementos fundamentais para dar apoio aos administradores, no presente, e aos historiadores no futuro. Estes não mais precisarão se valer do cuidado de um bisavô, arquivista amador, que deu subsídios ao bisneto para escrever a saga dos escravos dos beneditinos de São Bernardo e São Caetano. Muito menos haverá a constatação, por outros pesquisadores, como a feita pela psicóloga Cenise, que salvou a memória (parte importante dela) do Juqueri, ao descobri-la, por acaso, numa estante especial: a privada da instituição.

É indispensável uma vontade política que exija a ação decisiva, deixando a retórica e a teoria. Muito de determinação e persistência.

Bem equipar os Arquivos (públicos ou privados) institucionais é, sem dúvida, preservar a Memória e permitir que se possa escrever a História. Aos arquivos compete, sem dúvida, receber acervos e organizá-los. De tal *"forma que não sejam alterados e possam ser encontrados rapidamente por quem os solicite..."* (8) facilitando a compreensão da própria história. Dotar os Arquivos de condições de armazenamento, preservação e acesso rápido à informação nada mais é do que atender à expressa vontade política de Justiniano, ainda nos princípios da História.

7 A questão da formação profissional dos Arquivistas no Brasil está a merecer um cuidado especial das universidades brasileiras. É preciso criar cursos, especialmente de pós-graduação, para habilitar arquivistas que possam entender bem a sua tarefa e não continuar a improvisar *"guardadores de papéis velhos"*. Em geral, e ainda hoje isto é verdade, aos arquivos institucionais são enviados os *"funcionários-problemas"* que acabam tendo, na bela tarefa de preservar a História, a punição imposta por um superior que o desqualifica.

8 SCHELLENBERG, T.R. *op. cit.*

UMA BIBLIOTECÁRIA NO PARAÍSO DOS ARQUIVISTAS

Maria Alice Barroso

Embora como bibliotecária que sou e minha atividade sempre permeasse o documento, ao deixar para trás a Biblioteca Nacional, que foi uma etapa importante de minha vida profissional, não imaginava que um ano depois viria a ser convidada pelo Ministro da Justiça, Senador Passarinho, para dirigir o Arquivo Nacional.

Confesso que os primeiros tempos foram tumultuados: logo de início tive o orçamento contingenciado (cortado) em 90% e vale lembrar que eu sucedia a administração extremamente competente de Celina Amaral Peixoto. Além do mais, eu própria não conseguia esquecer que mantivera uma atitude bastante corporativista na Direção da Biblioteca Nacional, cuidando em colocar bibliotecários em todos os cargos e, agora, aqui estava eu, profissionalmente apenas uma parente próxima dos arquivistas, porém comandando o que se poderia chamar o paraíso deles.

Como se isso não bastasse, o funcionalismo do Arquivo que, segundo me diziam, sempre fora pacífico, permanecendo alheio às várias greves que eclodiram na área da cultura, naquele momento em que eu acabara de chegar, resolveu entrar em greve por melhores condições de salário e de trabalho.

Eu já vivera alguns momentos bem difíceis na Biblioteca Nacional, por idêntico motivo, e confesso que nunca me conformei com a atuação dos piquetes, impedindo que os que desejassem trabalhar pudessem fazê-lo.

Acredito que meu maior engano, naquela época, foi imaginar que aquela greve era mais um repúdio à nova diretora do que qualquer reivindicação trabalhista. Na verdade, o que estávamos vivendo, ainda, eram as conseqüências da chamada reforma administrativa, que colocara em disponibilidade um grande número de funcionários, ocasionando, mesmo, a demissão injusta de muitos outros.

Foi em meio a esse tumulto que eu me dispus a entender e a trabalhar pelo maior dos nossos arquivos.

Eu havia tomado posse em novembro de 90 e a ansiada lei de arquivos,

pela qual os arquivistas vinham batalhando há mais de oito anos, foi sancionada em 8 de janeiro de 91. A partir daí, pude considerar-me privilegiada por estar entre aqueles que, conforme preceitua o artigo 4º da referida lei, *"têm direito a receber dos órgãos públicos informações... contidas em documentos de arquivos."*

Pude dar-me por feliz ao ver que todos passávamos a contar com uma lei que dissipava a intolerável crença de que os documentos devem merecer somente a familiaridade das traças. Tínhamos, finalmente, um texto legal que assegura o acesso aos arquivos para que, de sua pesquisa, surja a verdade histórica, imprescindível à conscientização do povo no que diz respeito a sua identidade.

A doutrina legal dos arquivos, originada na Inglaterra, estabelece que todo documento existente no Arquivo Nacional é autêntico e fidedigno, porque provém de fontes produtoras diretas. Apesar da lei 8.159 facultar ao Arquivo Nacional a legitimidade na coleta de documentos, a carência de espaço para a armazenagem da documentação oriunda dos órgãos recentemente extintos deixa o Arquivo na difícil situação de, mesmo possuindo o chamado *"poder de polícia"* para recolher o acervo desses órgãos desaparecidos, se vê obrigado a concordar com o encaminhamento da documentação às instituições que por ela se interessam.

Provavelmente, devido à propalada carência de espaço do Arquivo Nacional é que o Partido Comunista do Brasil terá resolvido doar sua documentação ao arquivo da UNICAMP, em São Paulo.

Na verdade, já chegou o momento de enfrentar a necessidade de microfilmar a documentação arquivística, pois não se pode contar com uma prodigalidade de espaço tal capaz de armazenar toda a documentação que deve ficar sob a guarda do Arquivo Nacional (e falamos em microfilmagem - como um sonho distante - quando o universo documental já se socorre, como um todo, da explosão do disco ótico).

A rapidez com que se desenvolve o processo científico e tecnológico já está a exigir uma ampla modificação estrutural em nosso arquivo maior: tal como ocorre com os arquivos do Primeiro Mundo, os serviços de transcrição de documentos, de reprodução de fotos, manuscritos, livros etc devem vir a ser cobrados pelo Arquivo Nacional a fim de que ele possa cumprir o seu papel de preservador da documentação do país.

O grande questionamento que se antepõe na administração do Arquivo Nacional é a procura de meios para que a instituição possa substituir, com recursos advindos dos serviços que presta, os cortes orçamentários que são maiores a cada ano.

O dilema de manter no mesmo nível os custos operacionais, embora procurando desenvolver o aperfeiçoamento do sistema, num país em que a inflação já ultrapassou os dois dígitos, nos afigura muito difícil, senão impossível.

Possivelmente, a Associação de Amigos do Arquivo Nacional (mais conhecida como ACAN) também poderá abrir um voluntariado, com estágio e certificado, a fim de compor frentes de pesquisa sobre temas de grande interesse.

Não podemos nem devemos prorrogar a resposta à seguinte pergunta: quanto custa manter uma instituição arquivística?

O tema do X Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Bonn, Alemanha, em 1984, permanecerá em discussão por muito tempo ainda: *"O desafio a ser enfrentado pelos arquivos com o crescimento da demanda na pesquisa ante a limitação de recursos devido aos cortes orçamentários."*

Comparações orçamentárias não oferecem um quadro real dos custos operacionais de uma instituição arquivística.

De toda maneira, aqueles que esperam, pacientemente, que os recursos financeiros simplesmente caiam dos céus estão destinados a esperar em vão. Nessa verdadeira batalha por verbas, os arquivos e as bibliotecas estão destinados a levar desvantagem comparados com os teatros, salas de concertos, jardins zoológicos e, mesmo, museus.

Assim como ocorreu com a Biblioteca Nacional do Rio, o Arquivo Nacional necessita também transformar-se numa Fundação capaz de dar-lhe um quadro próprio de técnicos, proporcionando-lhe a flexibilidade e o dinamismo que sua operacionalização está a exigir. Possibilitando, também, uma receita própria que o potencial dos seus serviços poderá proporcionar-lhe.

Uma eficiente organização de arquivos é, hoje, uma exigência, inclusive, de empresas particulares que também estão dispostas a pagar por tais serviços.

Libertar o Arquivo Nacional do exclusivo jugo estatal, sem o transformar numa firma comercial, este o desafio que a preservação da memória nos faz neste momento e devemos ter coragem para enfrentá-lo e manter a lucidez para vencê-lo.